



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

**RESOLUÇÃO Nº 275 DE 24 DE JANEIRO DE 2012**

*Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).*

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO**, em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e art. 1º da Resolução nº CJF-RES-2012/00001, de 12/01/2012, *ad referendum* do Conselho de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3ª Região referente ao 3º quadrimestre de 2011, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ROBERTO HADDAD**  
Desembargador Federal Presidente



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

ANEXO I  
PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.263.844,32</b>	<b>3.952,53</b>	<b>1.267.796,85</b>
Pessoal Ativo	1.115.235	1.275	1.116.510
Pessoal Inativo e Pensionistas	148.609	2.677	151.286
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>144.885,72</b>	<b>3.952,53</b>	<b>148.838,25</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	687	0	687
Decorrentes de Decisão Judicial	388	0	388
Despesas de Exercícios Anteriores	6.717	3.943	10.660
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	137.094	10	137.103
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>1.118.958,6</b>	<b>0</b>	<b>1.118.958,6</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			558.706.387
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,200277%	0,000000%	0,200277%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,356130%		1.989.721
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,338324%		1.890.235

FONTE: Siafi Gerencial

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANDREA BUGANO PASSANEZI  
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno e Auditoria

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO  
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

MARISOL ÁVILA RIBEIRO  
Diretora-Geral, em exercício





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**

Nota: A apuração do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, Anexo II, encontra-se de acordo com a metodologia indicada pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Conselho da Justiça Federal.

Identifica-se na coluna obrigações financeiras a duplicidade de lançamentos nos demonstrativos de recursos vinculados nas fontes 100, 127 e 169 e não vinculados, referentes às contas 2.1.1.1.4.02.00 – ISS, 2.1.1.1.5.00.00 – Planos de Previdência e Assistência Médica, 2.1.1.1.6.00.00 – Entidades Representativas de Classe, 2.1.1.4.5.00.00 – Depósito Retido sobre Fornecedor, perfazendo o total de R\$ 3.397.582,47 (três milhões, trezentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

O acréscimo das obrigações financeiras gerado pela referida duplicidade desencadeou a diminuição da disponibilidade de caixa líquida, também transportada para o Anexo III – Demonstrativo de Restos a Pagar.

Efetuada os ajustes das obrigações financeiras obtém-se o total de R\$ 49.471.860,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e um mil e oitocentos e sessenta reais) e a disponibilidade de caixa de R\$ 105.672.935,00 (cento e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e novecentos e trinta e cinco reais), encontrando-se superior à inscrição em restos a pagar.

**ANDREA BUGANO PASSANEZI**  
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno e Auditoria

**MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO**  
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

**MARISOL ÁVILA RIBEIRO**  
Diretora-Geral, em exercício



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**

ANEXO III  
 PODER JUDICIÁRIO  
 JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
100 - Recursos ordinários	1.465	2.643	41.807	85.958	85.938	
127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	66	-	318	4.157	4.157	
150 - Recursos não-financeiros diretam. arrecadados	-	-	-	-	572	
151 - Contr.social s/o lucro das pessoas jurídicas	-	-	-	4.820	5.308	
156 - Contribuição plano seguridade social servidor	-	-	-	10	11	
169 - Contrib.patronal p/plano de segurid.soc.serv	-	1	281	-	-	
190 - Recursos diversos	-	-	-	-	1.390	
300 - Recursos ordinários	0	-	-	9.664	9.667	
329 - Recursos de concessões e permissões	-	-	1.500	-	-	
388 - Remuneração das disponib. do tesouro nacional	-	-	-	16	16	
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>1.532</b>	<b>2.644</b>	<b>43.906</b>	<b>104.625</b>	<b>107.060</b>	-
<b>Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos</b>	-	-	-	-	(4.784)	
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	-	-	-	-	<b>(4.784)</b>	-



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>1.532</b>	<b>2.644</b>	<b>43.906</b>	<b>104.625</b>	<b>102.275</b>	-
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup></b>						
FONTE: SIAFI GERENCIAL						

Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota: A apuração do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, Anexo II, encontra-se de acordo com a metodologia indicada pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Conselho da Justiça Federal.

Identifica-se na coluna obrigações financeiras a duplicidade de lançamentos nos demonstrativos de recursos vinculados nas fontes 100, 127 e 169 e não vinculados, referentes às contas 2.1.1.1.4.02.00 – ISS, 2.1.1.1.5.00.00 – Planos de Previdência e Assistência Médica, 2.1.1.1.6.00.00 – Entidades Representativas de Classe, 2.1.1.4.5.00.00 – Depósito Retido sobre Fornecedor, perfazendo o total de R\$ 3.397.582,47 (três milhões, trezentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

O acréscimo das obrigações financeiras gerado pela referida duplicidade desencadeou a diminuição da disponibilidade de caixa líquida, também transportada para o Anexo III – Demonstrativo de Restos a Pagar.

Efetuando os ajustes das obrigações financeiras obtém-se o total de R\$ 49.471.860,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e um mil e oitocentos e sessenta reais) e a disponibilidade de caixa de R\$ 105.672.935,00 (cento e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e novecentos e trinta e cinco reais), encontrando-se superior à inscrição em restos a pagar.

ANDREA BUGANO PASSANEZI  
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno e Auditoria

MARIA APARECIDA MARTINEZ CILIANO  
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

MARISOL ÁVILA RIBEIRO  
Diretora-Geral, em exercício